



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 058/2019/SCG
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019**

DADOS GERAIS	
OBJETO: Aquisição com Instalação de aparelhos condicionadores de ar para esta Câmara Municipal de Recife, tudo de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Edital.	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 01/11/2019 às 10:00 horas.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 01/11/2019 às 10:15 horas.	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 01/11/2019 às 10:30 horas.	
COORDENAÇÃO DO PROCESSO:	
Pregoeiro: Marcello Falcão Novo	E-mail: licitacmr@recife.pe.leg.br
Fone: (81) 3301-1263	Fax: (81) 3301-1263
Endereço: Rua Monte Castelo, 131, 1º. Andar, Boa Vista, Recife – PE – CEP 50050-310.	

A CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, por intermédio do seu pregoeiro e equipe de apoio designados pela Resolução nº 236/2019, torna público, para ciência dos interessados, que, às 10:30 horas do dia 01 de Novembro de 2019, ou caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por meio da utilização dos recursos de tecnologia da informação em Internet, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, consoante a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, a Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal do Recife nº 2495/2009 de 25/05/2009, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante as condições de segurança necessárias em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, devidamente habilitado e treinado nas atribuições de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas, disponível no endereço www.recife.pe.leg.br.

2 - DO OBJETO

Aquisição com instalação de aparelhos condicionadores de ar para esta Câmara Municipal de Recife, tudo de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Edital.

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 01.01.2.002.4.4.90.52 – Equipamentos e 01.01.2.002.3.3.90.39 - Instalação, consoante Notas de Empenho a serem emitidas.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 – DA PUBLICIDADE

O aviso deste Pregão será publicado no Diário Oficial do Município do Recife e na Internet, no endereço www.recife.pe.leg.br.

6 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública;
- b) Tenham sido declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
- c) Estejam em processo de falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- d) Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

6.3 - Não será permitida a participação de empresas em consórcio, ou que estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, cujo ato tenha sido publicado em órgão de Imprensa Oficial ou que tenham tido falência decretada, em concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

6.4 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horários limites estabelecidos.

6.5 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6 - Caberá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelas Licitantes, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

8.1 Para participar do processo os interessados deverão obter, de forma gratuita, a senha de acesso pessoal ao sistema de compras eletrônicas. O processo de credenciamento será iniciado pela Licitante, através do endereço www.recife.pe.leg.br.

8.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema deverá acontecer até a data de recebimento das propostas, porém, antes do horário final para apresentação das mesmas, visando garantir à Licitante tempo hábil para obtenção da senha de acesso.

8.3 - As empresas proponentes deverão enviar, no prazo acima estabelecido, ao endereço da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Monte Castelo, 131 – 1º. Andar – Boa Vista – Recife – PE - CEP 50.050-310, das 08h às 13h os seguintes documentos, imprescindíveis para a conclusão do credenciamento e liberação das senhas de acesso ao Portal de Compras Públicas desta Câmara Municipal do Recife:

8.3.1 - PESSOA JURÍDICA

- a) Cópia do CNPJ; Contrato Social e/ou Estatuto Social + Alteração Contratual onde conste o Capital Social da empresa (caso na alteração contratual não conste o capital social juntar Certidão Simplificada da Junta Comercial respectiva); FGTS; CND (INSS); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal; Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica; Certidão Simplificada da Junta Comercial, visando o atendimento do disposto previsto no art. 3º Lei Complementar n. 123/2006; RG e CPF dos sócios e solicitação em papel timbrado informando que se trata de cadastro para fins de recebimento de empenho;

8.4 - Os interessados deverão apresentar cópia da documentação devidamente autenticada por cartório, ou cópia + original, para conferência por funcionário devidamente habilitado por esta Câmara Municipal, com exceção daqueles emitidos via internet. Documentação esta, prevista no item anterior.

8.5 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida,



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras eletrônicas utilizado.

8.6 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.7 - A chave de identificação e a senha terão validade de 06 (seis) meses e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico promovido pela Câmara Municipal do Recife, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Administração, devidamente justificado.

8.8 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes da perda e/ou do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.9 - O credenciamento da Licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9 – DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

9.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, sob pena de decadência do direito de impugnação.

9.2 – As impugnações e/ou os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Pregão da Câmara Municipal do Recife, situada na Rua Monte Castelo, 131 – 1º. Andar – Boa Vista – Recife – PE - CEP 50.050-310, de 2ª a 6ª feira, no horário das 07:30 às 13:30 horas ou via sistema eletrônico, no Menu Pregão / Impugnar Edital.

9.3 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Pregão a proponente que o tendo aceitado sem objeção, venha, após o prazo mencionado no subitem 9.1 deste Edital e estabelecido no art. 12 do Decreto nº 3.555/2000 e no art. 18 do Decreto nº 5.450/2005, a apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

10 - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1 - A Licitante deverá observar as datas e os horários limites, previstos no preâmbulo deste edital, para o envio da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

10.2 - Na Proposta devem estar previstos todos os custos diretos e indiretos pertinentes à formação dos preços do objeto, incluindo despesas com impostos, fretes, seguros, taxa de utilização do sistema e demais encargos, direto ou indireto, não especificado neste Pregão, considerando-se estas como inclusas nos valores ofertados quando não mencionadas, não sendo lícita a cobrança posterior de qualquer ônus, ficando a licitante obrigada a fornecer o objeto pelo valor resultante de sua Proposta/Lance.

10.3 - A apresentação da(s) proposta(s) implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

10.4 - Na proposta de preços deverá constar o preço por item e total global, em moeda corrente do país, em algarismo com no máximo duas casas decimais (Ex.: R\$ 5,33).

11 - ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO

11.1 – A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 10/2019, com a divulgação das propostas de preços recebidas, conforme o Edital e de acordo com o Decreto Federal nº 5.450/2005.

11.2 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

12 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1- Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.2- Caso a licitante não tenha interesse em baixar o seu lance em relação ao primeiro colocado, ela poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado, sendo o mesmo registrado pelo sistema.

12.3- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.4- Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

12.5- A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.6 – Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

12.7 – Após a fase de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresa - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

12.8 – Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem nas hipóteses dos parágrafos 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

13 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**. A especificação da proposta deverá atender fielmente ao solicitado no



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

edital, e os preços deverão ser expressos em reais, com no máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.2 - O valor máximo aceitável para o objeto desta licitação é de R\$ 167.158,50 (cento e sessenta e sete mil cento e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), fixo e irredutível.

13.3 - As Propostas Iniciais que não estiverem em conformidade com o art. 4º, inciso VIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e/ou não estiverem em conformidade com o art. 48, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, serão automaticamente desclassificadas.

13.4 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, quer sejam por omissão ou por apresentarem irregularidades insanáveis.

13.5 - Serão desclassificadas, ainda, as propostas que apresentarem taxas inexequíveis (valores simbólicos, irrisórios, de valor zero ou negativos), incompatíveis com os custos operacionais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o Edital desta Licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

13.6 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor

13.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á por sorteio.

13.8 - Da licitante vencedora será exigida a apresentação da Proposta de Preços atualizada: 1) em 24 (vinte e quatro) horas, via correio, fax, e-mail ou qualquer outro meio disponível e 2) em até 03 (três) dias úteis, 01 (uma) via original, emitida em papel timbrado da empresa, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e rubricada pelo representante legal, bem como conter local e data, com os respectivos **valores readequados** ao valor total representado pelo lance vencedor, contendo:

- a. O valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
 - i) A planilha com os respectivos valores unitários e totais de cada item;
- b. A indicação detalhada dos produtos ofertados, contendo Marca, Modelo, Código de Referência e demais informações que possibilitem a perfeita indicação do produto e seu atendimento às especificações mínimas exigidas, como folders, folhetos explicativos, etc;
- c. O prazo de entrega e instalação dos produtos, contados a partir da data da assinatura do contrato;
- d. A indicação do representante legal da empresa para a assinatura do contrato;
- e. Declaração expressa da licitante de que, nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, contribuições e quaisquer outros custos incidentes sobre o fornecimento e instalação desta licitação;
- f. O prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

14– DA HABILITAÇÃO

14.1 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta comprovará sua situação de regularidade para fins de habilitação. Esta comprovação dar-se-á mediante encaminhamento de envelope lacrado contendo a documentação original ou cópia autenticada, em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do término da sessão de disputa, contendo a seguinte identificação;

Ao Pregoeiro da
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019 - PROCESSO Nº 058/2019/SCG
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço completo)

14.2 – Dentro do envelope de habilitação deverá constar, necessária e exclusivamente, via original ou cópia **previamente** autenticada, dos seguintes documentos:

14.2.1 – Quanto à habilitação jurídica:

- a) Tratando-se de sociedade comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor com todas as suas alterações ou Ato Constitutivo consolidado, devidamente registrado. No caso de sociedades por ações, tais documentos deverão ser acompanhados da Ata de Eleição de seus Administradores;
- b) Tratando-se de sociedades civis, Ato Constitutivo, com todas as alterações, bem como sua inscrição, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Tratando-se de empresa ou sociedade estrangeiras Decreto de Autorização e Ato de Registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Tratando-se de empresa individual, o Registro Comercial;

14.2.2 – Quanto à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, em cumprimento aos encargos sociais instituídos por lei (CND);
- c) Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, que se dará mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos Federais e da Certidão quanto à Dívida Ativa da União;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, dentro do prazo de validade.

14.2.3 – Quanto à qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, a menos de 60 (sessenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

14.2.4 – Quanto à qualificação técnica:

14.2.4.1 – Atestados em nome da empresa proponente, como contratada principal, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante desempenhado atividade pertinente e compatível, em características e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à da presente licitação. Os originais dos atestados poderão ser solicitados pela Comissão para fins de conferência.

14.2.5 – Deverá constar, ainda:

- a) Declaração comprobatória de visita e inspeção aos locais dos serviços para conhecimento das informações técnicas e condições locais, expedido pela Unidade de Material e Patrimônio da Câmara Municipal do Recife, juntamente com o Responsável Técnico indicado pela licitante, nos dias úteis e no horário das 8:00 horas às 13:30 horas, com agendamento pela licitante (local da obra), de 2ª a 6ª feira, na Unidade de Material e Patrimônio pelo telefone (81) 3301-1243. A Visita Técnica deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data de apresentação das propostas.
- b) Declarações prestadas pelo representante legal da empresa, emitida em papel timbrado, com carimbo da empresa, conforme modelos constantes dos Anexos II, III e IV deste Edital.

15 – DOS RECURSOS

15.1 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no Processo para responder pelo proponente.

15.2 - Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro poderá fazê-lo manifestando sua intenção, com registro da síntese das suas razões, via sistema eletrônico, sendo-lhe obrigatório juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do Recorrente.

15.3 - A falta de manifestação imediata e motivada via sistema eletrônico, importará a preclusão do direito de recurso.

15.4 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.5 - Os recursos contra as decisões do pregoeiro, referentes ao julgamento de habilitação ou inabilitação das licitantes ou ainda julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

15.6- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

15.7 - Os recursos deverão ser endereçados ao Pregoeiro e entregues na sala da Comissão de Pregão, situada na Rua Monte Castelo, nº 131, 1º andar, Boa Vista, Recife-PE, 50050-310.

16 – DO CONTRATO

16.1 – Homologado o resultado desta Licitação, a Câmara Municipal do Recife convocará imediatamente a(s) empresa(s) vencedora(s) para a assinatura do Contrato, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

16.1.1. – O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que requerido por escrito, no transcurso do lapso temporal de que trata o subitem anterior, e em face de justificativa aceita pela Administração.

16.2 – A recusa injustificada da(s) empresa(s) em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal do Recife, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a(s) às penalidades legalmente estabelecidas.

16.3 – Na hipótese do item anterior, a Câmara Municipal do Recife poderá convocar as licitantes remanescentes, sendo observada a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.4 - O Contrato terá vigência de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura.

16.5 – É vedada a subcontratação do objeto desta licitação, no todo ou em parte.

17 – DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

17.1 – A empresa vencedora deverá entregar os equipamentos solicitados, na Unidade de Material e Patrimônio da Câmara Municipal do Recife, situada à Rua Princesa Isabel, nº 410 – Térreo, Boa Vista, Recife – PE, de 2ª. a 6ª. Feira, no horário de 08:00 às 13:00 horas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato.

17.2 – A instalação será efetuada nos locais a serem indicados pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa.

18 – DO RECEBIMENTO

18.1 - O objeto desta licitação será recebido:

18.1.1 – Provisoriamente, com a entrega e instalação dos equipamentos, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa;

18.1.2 – Definitivamente, em até 05 (cinco) dias do recebimento provisório, mediante o Aceite emitido pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

18.2 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá o vencedor do certame da responsabilidade quanto à ética profissional pela perfeita execução do objeto, observando-se o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

19 – DA FISCALIZAÇÃO

19.1 – A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução do contrato ficará a cargo do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa.

19.2 – Após a assinatura do Contrato, deverão ser fornecidos aos responsáveis pela fiscalização todos os elementos necessários ao cumprimento de sua obrigação, e quando tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada deverá, de imediato, comunicar por escrito à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal do Recife, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, neste edital e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 - Constituirão obrigações da Contratada, além das disposições previstas na Lei Federal nº 8666/93, as constantes na Cláusula Quinta da Minuta do Contrato (Anexo V deste Edital).

21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 - Constituirão obrigações da Contratante, além das disposições previstas na Lei Federal nº 8666/93, as constantes na Cláusula Sexta da Minuta do Contrato (Anexo V deste Edital).

22 – DO PAGAMENTO

22.1 – O pagamento será efetuado pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa, da seguinte forma:

- a) 1ª. Parcela - Equipamentos – após a entrega total dos equipamentos;
- b) 2ª. Parcela – Serviços – após a instalação definitiva de todos os equipamentos.

23 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1 - A inexecução total ou parcial, caracterizada pelo atraso na entrega do objeto licitado, poderá ser considerada como recusa e ensejar a rescisão contratual.

23.2 - Aplicam-se, no que couber, ao Contrato, as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal do Recife,



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

24.2 – Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo atraso injustificado na execução do objeto do Contrato a ser firmado entre as partes, a Câmara Municipal do Recife, garantida a prévia defesa, poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I) Advertência;
- II) Multa nos seguintes termos:
 - a) Pelo atraso no fornecimento e/ou instalação dos equipamentos, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) do valor contratado por dia decorrido, até o limite de 10% do valor contratado;
 - b) Pela recusa em realizar o fornecimento e/ou instalação dos equipamentos, caracterizado em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% do valor contratado.
- III) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

25 - DOS ANEXOS

26.1 - Integram o presente edital: o Termo de Referência (Anexo I); a Declaração de que o licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Anexo II); a Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e Supervenientes (Anexo III); o Modelo de Declaração de Emprego de Menores (Anexo IV) e a minuta do Termo de Contrato (Anexo V).

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções do serviço em até vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

26.2 - A Câmara Municipal do Recife poderá revogar a presente licitação, por interesse público, e deverá anulá-la por ilegalidade, "de ofício" ou mediante provocação de terceiros, sempre em despacho fundamentado.

26.3 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente edital.

26.4 – A(s) empresa(s) contratada(s) será(ão) responsável(is) pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme o art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

26.5 – Fica assegurado à Câmara Municipal do Recife o direito de verificar a exatidão das informações prestadas pelas licitantes, antes e após a adjudicação;

26.6 – Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, que se baseará nas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 5.450, de 01/07/2005, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, e ainda pelas condições e exigências estabelecidas neste edital.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

26.7 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

26.8 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

26.9 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município do Recife.

26.11 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

26.12 – Outros esclarecimentos serão fornecidos na Sala da Comissão de Pregão, situada na Rua Monte Castelo, 131 – 1º. Andar – Boa Vista – Recife – PE - CEP 50.050-310, de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 às 13:00 horas.

26.13 - O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

Recife, 16 de Setembro de 2019.

Marcello Falcão Novo
Pregoeiro

Débora Gurgel Marques
Membro da Equipe de Apoio

Mirella Guimarães Pelinca
Membro da Equipe de Apoio

Thiago José Silva de Melo
Membro da Equipe de Apoio

Rodrigo Lourenço da Silva
Membro da Equipe de Apoio



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 058/2019/SCG
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR**

1. DO OBJETO

Constitui o objeto do presente Termo de Referência a aquisição com instalação de aparelhos condicionadores de ar, de acordo com especificações mínimas descritas no item 3 deste documento.

2. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o desgaste de equipamentos já antigos e em condições inadequadas de funcionamento, faz-se necessário a aquisição e instalação de novos equipamentos, possibilitando assim o perfeito funcionamento da estrutura física dos prédios da Câmara Municipal do Recife, proporcionando melhorias nas condições de utilização dos espaços pelos parlamentares, servidores e público.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS APARELHOS

3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes equipamentos e serviços:

3.1.1 – Aparelho de Ar Condicionado de Janela (ACJ) de 12.000 BTU/h

Aparelho condicionador de ar, do tipo ACJ (Janela), com capacidade unitária mínima de 12.000 BTU/h, 220 Volts, 60Hz, com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante.
Quantidade: 04 (quatro) unidades

3.1.2 – Aparelho de Ar Condicionado de Janela (ACJ) de 21.000 BTU/h

Aparelho condicionador de ar, do tipo ACJ (Janela), com capacidade unitária mínima de 21.000 BTU/h, 220 Volts, 60Hz, com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante.
Quantidade: 03 (três) unidades

3.1.3 – Aparelho de Ar Condicionado Tipo Split de 9.000 BTU/h

Aparelho condicionador de ar, do Tipo Split Parede / Ambiente HI WALL, com capacidade unitária mínima de 9.000 BTU/h, 220 Volts, 60Hz, com condensador a ar remoto, com insuflamento direto no ambiente, controle remoto sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante.
Quantidade: 04 (quatro) unidades

3.1.4 – Aparelho de Ar Condicionado Tipo Split de 12.000 BTU/h

Aparelho condicionador de ar, do Tipo Split Parede / Ambiente HI WALL, com capacidade unitária mínima de 12.000 BTU/h, 220 Volts, 60Hz, com condensador a ar remoto, com



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

insuflamento direto no ambiente, controle remoto sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante.

Quantidade: 12 (doze) unidades

3.1.5 – Aparelho de Ar Condicionado Tipo Split de 18.000 BTU/h

Aparelho condicionador de ar, do Tipo Split Parede / Ambiente HI WALL, com capacidade unitária mínima de 18.000 BTU/h, 220 Volts, 60Hz, com condensador a ar remoto, com insuflamento direto no ambiente, controle remoto sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante.

Quantidade: 08 (oito) unidades

3.1.6 – Aparelho de Ar Condicionado Tipo Split de 24.000 BTU/h

Aparelho condicionador de ar, do Tipo Split Parede / Ambiente HI WALL, com capacidade unitária mínima de 24.000 BTU/h, 220 Volts, 60Hz, com condensador a ar remoto, com insuflamento direto no ambiente, controle remoto sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante.

Quantidade: 04 (quatro) unidades

3.1.7 – Aparelho de Ar Condicionado Tipo Split de 30.000 BTU/h

Aparelho condicionador de ar, do Tipo Split Parede / Ambiente HI WALL, com capacidade unitária mínima de 30.000 BTU/h, 220 Volts, 60Hz, com condensador a ar remoto, com insuflamento direto no ambiente, controle remoto sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante.

Quantidade: 08 (oito) unidades

3.1.8 – Aparelho de Ar Condicionado Tipo Split de 60.000 BTU/h

Aparelho condicionador de ar, do Tipo Split Piso Teto, com capacidade unitária mínima de 60.000 BTU/h, 220 Volts, 60Hz, com condensador a ar remoto, com insuflamento direto no ambiente, controle remoto sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante.

Quantidade: 01 (uma) unidade

3.1.9 – Cortina de Ar com 1,20m

Aparelho tipo Cortina de ar, com 1,20m de comprimento, 220 Volts, 60Hz, potência nominal mínima de 240W, com insuflamento direto no ambiente, controle remoto sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante. Dimensões aproximadas: 1,20m x 0,20m x 0,20m.

Quantidade: 04 (quatro) unidades

3.1.10 – SERVIÇOS

3.1.10.1 – Instalação de Aparelhos Tipo Split Parede / Hi Wall / Piso Teto

A instalação dos aparelhos de ar condicionado do tipo Split Parede / Ambiente HI WALL / Piso Teto, deverá abranger: retirada das unidades existentes, com adaptação das tubulações, dutos e pontos de força, onde necessário, desembalagem dos aparelhos,



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

montagem e fixação nos ambientes, com instalação de filtros, isolamento das caixas com material apropriado e testes gerais de funcionamento dos aparelhos.

Quantidade: 04 (quatro) unidades de 9.000 Btu/h
12 (doze) unidades de 12.000 Btu/h
08 (oito) unidades de 18.000 Btu/h
04 (quatro) unidades de 24.000 Btu/h
06 (seis) unidades de 30.000 Btu/h
01 (uma) unidade de 60.000 Btu/h

3.1.10.2 – Instalação da Cortina de Ar

A instalação da cortina de ar, deverá abranger: instalação horizontal, sobre a porta, a uma distância aproximada de 2,3 metros acima do piso, criando assim uma barreira de vento que garante uma isolação térmica, impedindo que o ar refrigerado escape, incluindo instalações elétricas completas, contendo tubos e conexões em pvc, caixas de passagem, disjuntores, fiação, ligação de todo o sistema no quadro de disjuntores do pavimento, e instalação de todos os demais dispositivos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento elétrico do sistema, os quais deverão estar dentro do padrão exigido pela NB-3 da ABNT. Deverão estar incluídos nos serviços: remoção de forro em lambri de madeira e/ou gesso para passagem das tubulações elétricas, bem como das caixas de passagens e fiações necessárias; demolição de revestimento do tipo reboco e piso em pedra granítica para passagem das tubulações, recomposição dos forros em toda a área demolida, recomposição dos trechos de revestimento do tipo reboco e piso demolidos, pintura de toda a área trabalhada, inclusive verniz no forro de lambri de madeira, caso seja necessário. Após a instalação deverá ser efetuado teste de medição a fim de comprovar o bom funcionamento do sistema instalado, bem como o seu balanceamento.

Quantidade: 04 (quatro) unidades

3.2 - Os aparelhos deverão possuir garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos e vícios de fabricação.

3.3 - Produtos similares serão aceitos apenas na hipótese de não serem encontrados no mercado os aparelhos especificados neste documento. As condições de similaridade dos aparelhos deverão ser analisadas pela Divisão de Arquitetura e Engenharia, que decidirá se os mesmos apresentam características, qualidade e preços compatíveis com as especificações do produto licitado.

4. DOS PRAZOS E RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.1. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato na Sede da Câmara Municipal do Recife, situada à Rua Princesa Isabel, nº 410 – 1º andar, Boa Vista, Recife – PE, de 2ª. a 6ª. Feira, em horário comercial.

4.2. A CONTRATANTE efetuará o recebimento do objeto do contrato, observando os seguintes procedimentos:

4.2.1. Provisoriamente, com a entrega e instalação dos equipamentos, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, pelo Fiscal do



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa;

4.2.2.– Definitivamente, em até 05 (cinco) dias do recebimento provisório, mediante o Aceite emitido pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa.

5. DA GARANTIA

5.1. A garantia mínima contra quaisquer defeitos de qualidade, fabricação ou montagem, para todos os equipamentos, será aquela especificada pelo fabricante/distribuidor, devendo entretanto, não ser inferior a 01 (um) ano, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal dos produtos.

5.2. Os termos de garantia ou equivalentes devem ser padronizados e esclarecer de maneira adequada em que consiste a garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada, devendo-lhe ser entregue devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado do manual de instruções, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, e as previstas no termo de referência do edital, constituem obrigações da CONTRATADA:

6.1. Entregar e instalar os equipamentos em total conformidade com o disposto no edital e anexos, bem como os manuais de instalação, operação e termos de garantias dos equipamentos fornecidos, conforme autorização e orientação do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa;

6.2. Indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;

6.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.4. Manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;

6.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

6.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e trabalhistas, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das disposições previstas na Lei Federal nº8666/93 e na minuta do contrato do edital:



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

7.1. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, não eximindo a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Contrato;

7.2. Proporcionar as condições necessárias à execução do objeto do contrato, permitindo livre acesso da CONTRATADA e de seus responsáveis técnicos aos locais dos mesmos, dentro dos horários estipulados, observadas as normas internas;

7.3. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações geradas;

7.4. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

7.5. Efetuar o pagamento dos equipamentos entregues e aceitos, de acordo com os prazos e condições estabelecidas no Contrato, desde que cumpridas todas as condições editalícias.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

A licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, devidamente assinada e rubricada pelo representante legal, com local e data, contendo:

- a. O valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
 - i) As planilhas com os respectivos valores unitários e totais de cada item;
 - b. A indicação detalhada dos produtos ofertados, contendo Marca, Modelo, Código de Referência e demais informações que possibilitem a perfeita indicação do produto e seu atendimento às especificações mínimas exigidas, como folders, folhetos explicativos, etc;
 - c. O prazo de entrega dos produtos, contados a partir da data da assinatura do contrato;
 - d. A indicação do representante legal da empresa para a assinatura do contrato;
 - e. Declaração expressa da licitante de que, nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, contribuições e quaisquer outros custos incidentes sobre o fornecimento objeto desta licitação;
 - f. O prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

9. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

A licitante deverá seguir o seguinte modelo de Planilha Orçamentária para sua proposta:

OBJETO: AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR						
ITEM	CODIGO SINAPI	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
1.0		EQUIPAMENTOS				
1.1	MERCADO	Aparelho condicionador de ar tipo janela, frio, 12.000 BTU/H, 220V	UND	4,00		



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

1.2	MERCADO	Aparelho condicionador de ar tipo janela, frio, 21.000 BTU/H, 220V	UND	3,00		
1.3	MERCADO	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, inverter, 9.000 btu/h, ciclo frio, monofásico, 220V, unidade evaporadora com display digital e controle remoto digital sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano	UND	4,00		
1.4	MERCADO	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, inverter, 12.000 btu/h, ciclo frio, monofásico, 220V, unidade evaporadora com display digital e controle remoto digital sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano	UND	12,00		
1.5	MERCADO	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, inverter, 18.000 btu/h, ciclo frio, monofásico, 220V, unidade evaporadora com display digital e controle remoto digital sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano	UND	8,00		
1.6	MERCADO	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, inverter, 24.000 btu/h, ciclo frio, monofásico, 220V, unidade evaporadora com display digital e controle remoto digital sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano	UND	4,00		
1.7	MERCADO	Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, inverter, 30.000 btu/h, ciclo frio, monofásico, 220V, unidade evaporadora com display digital e controle remoto digital sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano	UND	6,00		
1.8	MERCADO	Aparelho condicionador de ar tipo split piso teto, inverter, 60.000 btu/h, ciclo frio, monofásico, 220V, unidade evaporadora com display digital e controle remoto digital sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano	UND	1,00		



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

1.9	MERCADO	Cortina de ar, com 1,20m de comprimento, 220 Volts, 60Hz, potência nominal mínima de 240W, com insuflamento direto no ambiente, controle remoto sem fio e com garantia mínima de 01 (um) ano do fabricante. Dimensões aproximadas: 1,20m x 0,20m x 0,20m.	UND	4,00		
TOTAL DOS EQUIPAMENTOS:						

2.0		SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO				
2.1	MERCADO	Instalação de aparelho condicionador de ar tipo Splt Hi-Wall, 9.000 Btu/h, completa	UND	4,00		
2.2	MERCADO	Instalação de aparelho condicionador de ar tipo Splt Hi-Wall, 12.000 Btu/h, completa	UND	12,00		
2.3	MERCADO	Instalação de aparelho condicionador de ar tipo Splt Hi-Wall, 18.000 Btu/h, completa	UND	8,00		
2.4	MERCADO	Instalação de aparelho condicionador de ar tipo Cassete Inverter, 24.000 Btu/h, completa	UND	4,00		
2.5	MERCADO	Instalação de aparelho condicionador de ar tipo Cassete Inverter, 30.000 Btu/h, completa	UND	6,00		
2.6	MERCADO	Instalação de aparelho condicionador de ar tipo Cassete Inverter, 60.000 Btu/h, completa	UND	1,00		
2.7	MERCADO	Instalação de cortina de ar com 1,20m, completa	UND	4,00		
TOTAL DOS SERVIÇOS:						

TOTAL GERAL (EQUIPAMENTOS + SERVIÇOS):	
---	--

10. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa, da seguinte forma:

- 1ª. Parcela - Equipamentos – após a entrega total dos equipamentos;
- 2ª. Parcela – Serviços – após a instalação definitiva de todos os equipamentos.



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. Em caso de divergências entre as informações existentes no Termo de Referência com as presentes na Planilha Orçamentária, deverão prevalecer às informações da Planilha Orçamentária.

11.2. A planilha orçamentária é parte integrante deste Termo de Referência.

Recife, 16 de Setembro de 2019.

EDSON SOUZA

Divisão de Arquitetura e Engenharia



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 058/2019/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019**

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Declaro, sob as penas da lei, que inexistem fatos impeditivos supervenientes, que inabilitem a empresa _____, a participar de processos licitatórios ou contratar com os órgãos públicos da Administração Direta/Indireta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e de Sociedades de Economia Mista, Federais Estaduais e Municipais.

Local, de de 2019.

(Assinatura do Licitante ou do representante legal)



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 058/2019/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa _____, Inscrição Estadual nº _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida no endereço _____, não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local, ____ de _____ de 2019.

(representante da empresa e carimbo CNPJ)



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 058/2019/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019**

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

**AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE
APARELHOS CONDICIONADORES DE AR,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DO RECIFE E
_____, NA FORMA ABAIXO.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, órgão do Poder Legislativo do Município do Recife, com sede à Rua Princesa Isabel, nº 410, nesta cidade do Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.903.189/0001-34, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada, pelo seu Presidente, Vereador **EDUARDO AMORIM MARQUES DA CUNHA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 745.442.254-34, portador da cédula de identidade nº 3.186.341/SSP-PE, residente e domiciliado nesta cidade e pelo Primeiro Secretário, Vereador **ROMERO JATOBÁ CAVALCANTI NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.334.034-33, portador da cédula de identidade nº 6.698.520-SDS/PE, residente e domiciliado nesta Cidade, e a Empresa _____, com sede na _____, bairro, Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, brasileiro, solteiro, profissão, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da cédula de Identidade nº _____ SSP/PE, residente e domiciliado na cidade de _____, celebram o presente Contrato, vinculado ao Processo Administrativo nº 058/2019/SCG, instaurado na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019**, tudo de conformidade com as disposições constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, mediante as cláusulas e condições que mutuamente outorgam e estabelecem na forma adiante articulada.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição com instalação de aparelhos condicionadores de ar para esta Câmara Municipal de Recife, pela CONTRATADA, conforme discriminado no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação, bem como na Proposta de Preços da CONTRATADA, que constituem partes integrantes do presente Contrato e ao qual se acham indissolúvelmente vinculados, independentemente de sua transcrição neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Pelo fornecimento e instalação dos equipamentos objeto deste Contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (xxxxxxxxxxxx), com base na planilha de preços constante na proposta da contratada, parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – O pagamento será efetuado pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação das notas



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

fiscais devidamente atestadas pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa, da seguinte forma:

- a) 1ª. Parcela - Equipamentos – após a entrega total dos equipamentos;
- b) 2ª. Parcela – Serviços – após a instalação definitiva de todos os equipamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

O presente instrumento vigorará pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos tendo como termo inicial a data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA entregará e instalará os equipamentos, objeto deste Contrato, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, na Unidade de Material e Patrimônio da Câmara Municipal do Recife, situada à Rua Princesa Isabel, nº 410 – Térreo, Boa Vista, Recife – PE, de 2ª. a 6ª. Feira, no horário de 08:00 às 13:00 horas.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos alocados para a execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 01.01. 2.002 4.4.90.52, mediante Nota de Empenho nº 2019._____, emitida em ___/___/2019, e 01.01. 2.002 3.3.90.39 mediante Nota de Empenho nº 2019._____, emitida em ___/___/2019.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, e as previstas no termo de referência do edital, constituem obrigações da CONTRATADA:

- 5.1 – entregar e instalar os equipamentos em total conformidade com o disposto no edital e anexos, bem como os manuais de instalação, operação e termos de garantias dos equipamentos fornecidos, conforme autorização e orientação do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa;
- 5.2 – indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;
- 5.3 – manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.4 – manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;
- 5.5 – reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- 5.6 – assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e trabalhistas, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 5.7 - efetuar a limpeza dos locais, deixando-os completamente limpos, sem manchas de qualquer tipo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das disposições previstas na Lei Federal nº8666/93 e no termo de referência do edital:



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

6.1 – efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA, nos precisos termos dispostos no presente instrumento;

6.2 – prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e, pertinentes ao objeto do presente contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

Os equipamentos deverão ter garantia mínima de 01 (um) ano contra quaisquer defeitos de qualidade, fabricação ou montagem, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal dos produtos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços de instalação deverão ter garantia mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de instalação dos produtos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, formalizadas previamente por Termo Aditivo, que passará a integrar este Contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções do fornecimento em até vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A entrega e instalação dos equipamentos será acompanhada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa, que deverá, após conferir e aprovar, atestar as faturas referentes aos equipamentos, objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela infringência a qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como aos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e, notadamente, quando atestar o objeto deste contrato, a CONTRATANTE verificar incorreções resultantes do fornecimento e/ou instalação dos equipamentos, será aplicada multa contratual correspondente a 10% (dez por cento) do preço total deste contrato, assegurada a prévia defesa, devendo o respectivo valor ser recolhido pela CONTRATADA ao Departamento de Finanças da CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da rescisão por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a ampla defesa e observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 8.666/93, notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das demais penalidades determinadas em lei e neste instrumento.



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de que trata o presente Contrato é o de execução indireta, na modalidade Menor Preço Global.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS DOCUMENTOS

Faz parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, devidamente rubricados pelas partes: o Edital do Pregão nº 10/2019 e seus Anexos, o Termo de Homologação, o Termo de Adjudicação e a Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um único efeito de direito, juntamente com as testemunhas abaixo subscritas, sendo a seguir registrado em livro próprio da Procuradoria Legislativa, conforme dispõe o art. 60 da Lei Federal nº 8.666/93.

Recife, de de 2019.

EDUARDO AMORIM MARQUES DA CUNHA

Presidente da Câmara Municipal do Recife

CONTRATANTE

ROMERO JATOBÁ CAVALCANTI NETO

Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Procuradoria Legislativa

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPF/MF nº _____

CPF/MF nº _____